

C M R I

Centro de Estudos das Migrações
e das Relações Interculturais

EM TORNO DA HISTÓRIA DAS MULHERES

Organização

Maria Helena Vilas-Boas e Alvim

Anne Cova

Elvira Cunha de Azevedo Mea



Colecção de Estudos Pós-Graduados

BREVE REFLEXÃO A PROPÓSITO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA DEPOIS DO 25 DE ABRIL DE 1974

IRENE VAQUINHAS

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Em meados do século XIX, quando se davam os primeiros passos na criação da rede pública escolar, um dos autores que mais se bateu pelo ensino feminino básico e técnico — D. António da Costa — afastava, de um modo lapidar, as mulheres do ensino superior. E afirmava:

«(...) sinceramente suponho, em meu humilde parecer, que a emancipação política e científica não é um princípio natural da mulher. Outras carreiras lhe podem ser destinadas, outras fontes lhe devem ser abertas; esta não. Creio que se lhe opõem a sociedade, e a natureza (...) Cumpre à mulher educar o homem, não lhe cumpre ser educada como ele. É indispensável que exista a igualdade dos sexos, mas por um princípio natural, e não artificial. Mesmo quando a natureza lhe não vedasse as qualidades políticas e científicas, a mulher que seguisse essas carreiras masculinizar-se-ia, teria de endurecer o coração para afrontar o duro coração do seu adversário, teria de enodoar-se nas intrigas eleitorais, de corromper-se na luta prática das assembleias políticas, de converter as doces qualidades do sentimento no rancor das paixões (...)»¹.

Paradoxalmente, esta obra será publicada no mesmo ano — 1892 — em que uma mulher, pela primeira vez na história da instituição universitária portuguesa, acede ao ensino superior e se matricula na Universidade de Coimbra, a fim de prosseguir um

¹ D. Antonio da Costa, *A Mulher em Portugal*, obra posthuma publicada em beneficio de uma creança, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1892, pp. 411-412; 419.

curso. A partir desta data, lenta, mas inexoravelmente, o corpo discente desta Universidade caminha para uma progressiva feminização.

Entre 1970 e 1988, num contexto geral de acréscimo de matrículas, a percentagem mais significativa diz respeito ao número de alunas que aumentaram, naquele período, 74,3%, contra 43,1% de alunos². A partir do ano lectivo de 1987-1988, o número de alunas supera o dos alunos, tendência que se mantém na actualidade, verificando-se, igualmente, entre as raparigas os melhores resultados escolares. Assim, e para o ano de 1987-1988, o sucesso escolar feminino, estimado a partir da obtenção da licenciatura, é de 55,7%, enquanto o masculino se salda por 44,3%³.

A feminização da Universidade de Coimbra enquadra-se no movimento geral que atinge todo o ensino superior em Portugal e que, tendo-se iniciado nos anos sessenta⁴, tem permitido às mulheres recuperar da desigualdade de que foram alvo na educação formal do passado.

Trata-se de um fenómeno que parece estar relacionado com a existência de práticas discriminatórias no mercado de emprego, obrigando as jovens a reforçarem o seu capital educativo. Em simultâneo, o «recuo» das candidaturas masculinas, no ensino superior, parece prender-se com a ausência de garantias de emprego por parte do Estado, com a mediocridade relativa das remunerações e, ainda, com a acentuada desvalorização dos diplomas.

Porém, no que concerne à Universidade de Coimbra, não parece haver motivos para preocupações. Aparentemente... O princípio da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, reconhecido no Tratado de Roma de 1957 e, implicitamente, inscrito nos fundamentos das sociedades democráticas, condiciona o acesso à Universidade, uma vez que os critérios selectivos se baseiam nas classificações.

² Fernanda Delgado Cravidão, «A população estudantil da Universidade de Coimbra. Uma análise geográfica», *Actas do Congresso História da Universidade* (No 7.º Centenário da sua fundação), vol. 3.º, Coimbra, 1991, p. 199.

³ *Anuário da Universidade de Coimbra 1985-1986*, Coimbra, 1996, pp. 636-637.

⁴ Trata-se de uma situação que António Barreto qualifica como «das mais curiosas e radicais» da sociedade portuguesa, desde os anos sessenta à actualidade, António Barreto, *A situação social em Portugal*, Município de Matosinhos, Câmara Municipal, 1996, p. 21.

Inclusivé, a formação académica dos dois sexos é rigorosamente idêntica. Uma análise mais apurada permite, no entanto, verificar da existência de distorções entre os vários cursos, orientando-se as gerações mais jovens para áreas tradicionalmente feminizadas: Letras, Farmácia, bem como Psicologia e Ciências da Educação.

No ano lectivo de 1985-1986, as raparigas estão sobrerrepresentadas nestes cursos (valores superiores a 74%), progredindo também em Medicina. Em contrapartida, nos cursos de engenharia permanecem minoritárias⁵, embora se registem pequenos ganhos que não são, todavia, suficientes para porem em causa o peso masculino desta área do saber. Esta desproporção ocorre, precisamente, numa fase do sistema económico que privilegia as ciências exactas e tecnológicas, o que condiciona que, à partida, rapazes e raparigas não tenham diplomas de idêntico valor no mercado de emprego. Apesar dos condicionalismos expostos e de a Universidade, através da escolha dos cursos, perpetuar discriminações sexuais pré-existentes, houve transformações consideráveis, relativamente ao regime anterior ao 25 de Abril.

No que respeita à participação feminina na docência universitária, as alterações ocorridas também foram significativas, embora não tão espectaculares. Em 1975-1976, a percentagem de mulheres no corpo docente da Universidade de Coimbra era de 28,2%, em 1985-1986, de 29,8%, alcançando, na actualidade, cerca de 39,1%⁶. É natural, no entanto, que este último valor esteja sobrestimado, uma vez que não contempla dados relativos às Faculdades de Ciências e de Tecnologia. Existem, no entanto, diferenças sensíveis entre as várias faculdades, concentrando-se o maior número das docentes nas áreas mais feminizadas: Letras e Farmácia. Nesta última Faculdade, o peso relativo das mulheres, no corpo docente, tem vindo a regredir (74,4%, em 1975-1976; 58,9%, em 1985-1986, e 36%, em 1998-1999), acompanhando a tendência observada ao nível das chamadas *ciências duras*, na Universidade de Coimbra.

⁵ Um caso extremo é o da Engenharia Mecânica. O número de mulheres pouco progrediu neste curso: no ano lectivo de 1975-1976, para um total de 356 alunos inscritos, eram apenas 4 (1,1%); em 1985-1986, eram vinte (5,5%) (Anuário da Universidade de Coimbra 1975-1976 e 1985-1986).

⁶ Esta percentagem foi obtida a partir de dados fornecidos pela Reitoria da Universidade de Coimbra, para o ano de 1998-1999, e que se reportam às seguintes Faculdades: Ciências do Desporto e Educação Física, Direito, Economia, Farmácia, Medicina, Letras e Psicologia e Ciências da Educação.

Sob o ponto de vista das categorias profissionais, cerca de dois terços das docentes pertencem aos escalões inferiores da carreira docente, exercendo funções de assistente, assistente convidada ou assistente estagiária. Neste domínio, as alterações têm sido escassas, modificando-se muito ligeiramente a percentagem de mulheres nestas categorias profissionais: 87,3%, em 1975-1976; 74,8%, em 1985-1986, e 72,1%, em 1998-1999. Já a proporção de mulheres que alcançaram o topo da carreira docente, como professoras catedráticas, é mais representativa: sendo 3 (5,4%), em 1975-1976, ascenderam a 12 (9,2%), em 1985-1986, atingindo, na actualidade, o número de 17 (22,1%). A evolução registada aponta para um aumento lento mas de sentido positivo. O número relativamente elevado de teses de doutoramento defendidas por mulheres, nos últimos anos, na Universidade de Coimbra, faz prever⁷, a breve trecho, uma situação de maior equidade entre os dois sexos no topo da hierarquia, por efeito de progressão na carreira docente.

A escassa presença feminina ao mais alto nível da carreira docente traduz-se na sua subrepresentatividade em cargos de chefia universitária. Em termos percentuais, o número de mulheres que desempenharam funções de Presidentes dos Conselhos Directivo, Científico, Pedagógico e da Assembleia de Representantes, nos anos de 1985-1986 e de 1998-1999, é relativamente baixa: 19,4% e 23,1%, respectivamente. Em contrapartida, na Reitoria, onde se não aplicam as regras da procedência na carreira, sendo a equipa designada pelo Reitor, a presença feminina em cargos de responsabilidade é mais forte (à volta de 33%, desde 1993-1994), bem como menor o desequilíbrio entre homens e mulheres em posições de destaque.

E no que concerne à profissão de historiadora, poder-se-á perguntar? Como é que o Grupo de História tem reagido à profissionalização das mulheres, como docentes e investigadoras? Numa Faculdade tradicionalmente feminina, como é a de Letras, qual é o peso das historiadoras? Relativamente baixo — à volta de 35,2%, na década de noventa — e em percentagem ligeiramente inferior à registada nos anos oitenta

⁷ O número de teses de doutoramento defendidas por mulheres, entre 1982-1992, foi de 52 (37,7%) (Cfr. Dissertações de doutoramento na Universidade de Coimbra 1988-1992, vol. III, Coimbra, 1993).

(35,4%). Se tomarmos como base de pesquisa o *Guia do Estudante de História*, cujo primeiro número data de 1980-1981, poder-se-á verificar que, desde essa data, até 1984-1985, a percentagem de mulheres no corpo docente do Grupo de História oscilou entre os 37-40%, diminuindo, nos anos seguintes, para valores da casa dos 30%, começando novamente a subir, a partir de 1990-1991, fixando-se, no ano lectivo de 1998-1999, em 35,7%.

Trata-se de um movimento pendular que se explica facilmente: à entrada das mulheres na secção de História, após o 25 de Abril de 1974, por concurso — o qual, no fundo, é o melhor sistema que salvaguarda a neutralidade sexual — sucedeu, nos inícios dos anos noventa, o seu transitório afastamento, por motivo de dispensa de serviço para elaboração das respectivas dissertações, recomeçando-se, de uma forma geral, a actividade lectiva após o doutoramento, embora já noutra categoria académica. Com efeito, o número de mulheres doutoradas aumentou significativamente na década de 90, relativamente à década anterior: se, nos anos 80, apenas 5 mulheres se doutoraram (correspondendo a uma percentagem de 25%), na década de 90, fizeram-no 11 docentes do sexo feminino (44%), integrando a actual Comissão Científica do Grupo de História 15 mulheres (36,6%), para um total de 41 membros doutorados (Quadro I).

Em termos globais, poder-se-á concluir, em face dos resultados, que o Grupo de História, na Universidade de Coimbra, tem permanecido como um universo masculinizado, não se perspectivando, a curto prazo, alterações significativas, dado o congelamento da abertura de vagas. A subrepresentatividade feminina, nesta secção, aproxima-se dos valores médios de outras áreas do saber (ou do poder), na Universidade, já analisados. Importa, no entanto, saber se, a exemplo de cursos particularmente feminizados, existem períodos cronológicos, áreas ou territórios da ciência histórica que congreguem as preferências das docentes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Quadro I

Evolução Anual dos Docentes de História

	SM	SF	Total	SM	SF
	N.º	N.º		%	%
1980-1981	21	14	35	60	40
1981-1982	22	15	37	59,5	40,5
1982-1983	24	16	40	60	40
1983-1984	23	14	37	62,2	37,8
1984-1985	27	16	43	62,8	37,2
1985-1986	29	13	42	69	31
1986-1987	24	10	34	70,6	29,4
1987-1988	24	9	33	72,7	27,3
1988-1989	22	14	36	61,1	38,9
1989-1990	29	13	42	69	31
1990-1991	30	16	46	65,2	34,8
1991-1992	33	16	49	67,3	32,7
1992-1993	32	16	48	66,7	33,3
1993-1994	33	19	52	63,5	36,5
1994-1995	34	15	49	69,4	30,6
1995-1996	35	17	52	67,3	32,7
1996-1997	34	20	54	63	37
1997-1998	35	25	60	58,3	41,7
1998-1999	36	20	56	64,3	35,7
Total	547	298	845	64,7	35,3

Fonte: Guias do Estudante de História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Se se tomar como critério selectivo as grandes áreas de especialização das dissertações de doutoramento, os resultados obtidos não são conclusivos, reflectindo, sobretudo, as preferências pessoais de cada docente. As escolhas femininas repartem-se, de um modo uniforme, pelos grandes períodos da história da humanidade — Arqueologia, Idades Média, Moderna e Contemporânea — embora com uma ligeira incidência nas épocas medieval e contemporânea (Quadro II).

Quadro II

As Escolhas Femininas

	Anos 80		Anos 90	
	SM	SF	SM	SF
Arqueologia	3	1		2
Idade Média	1	3	3	3
Idade Moderna	6		8	2
Idade Contemporânea	5	1	2	4
Outros			1	
Total	15	5	13	11

Já em termos temáticos, a convergência é mais significativa, predominando as matérias de carácter económico e social (40%), sobre as de conteúdo político e institucional (20%) ou de cultura e mentalidades (20%). Não se parecem, aqui, aplicar os velhos estereótipos que associam as mulheres a *assuntos menores* ou, pelo menos, de fraco reconhecimento institucional, como a família, o íntimo e o quotidiano, recaindo as escolhas tanto sobre a história diplomática, como a violência ou os contratos agrícolas, entre tantos outros assuntos. A via apontada chama, no entanto, a atenção para o cuidado a ter na análise dos factores que determinam as escolhas (papel do orientador/orientadora, política seguida pela instituição escolar, etc.) e, sobretudo, para a necessidade de estudos comparativos de mais largo espectro estatístico.

Em Conclusão

O princípio de igualdade de oportunidades entre os sexos, tanto formal como real, é uma exigência do cumprimento dos direitos humanos. Desde 1974 à actualidade, em particular desde a integração europeia, este princípio está contemplado nas políticas de recrutamento «meritocráticas», levadas a cabo pela Universidade de Coimbra, quanto a docentes e discentes. As mulheres tomaram lugar na instituição universitária, passando de meras usufrutuárias do conhecimento a produtoras do saber e ainda,

como afirma Colette Audry, a herdeiras de pleno direito»⁸. Um balanço indiscutivelmente positivo mas que se insere num percurso ainda em construção...

⁸ Cit. in Nicole Mosconi, «Les études féministes et l'institution universitaire. Enjeux politiques et épistémologiques», *L'Histoire sans les femmes est-elle possible?*, Colloque organisé par Anne-Marie Sohn et Françoise Thélamon, Rouen, 27-29 Novembre 1997, Perrin, 1998, p. 372.